

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2003 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Código Ambiental será votado ainda este ano



Alberto Neves

Após coleta de sugestões nas diferentes regiões do estado, projeto do Executivo vai para discussão em Plenário no dia 17 de dezembro

Páginas 6 e 7



Tas: época fantástica

Marcelo Tas
fala sobre
comunicação
na era digital

Página 8

Finanças
já tem
calendário
para
votação do
Orçamento

Página 5

Assembléia faz homenagem aos 50 anos de São João Batista

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão solene destacou que cidade é Capital Nacional dos Calçados Femininos

Página 3

Audiência pública avalia SUS

Eduardo Guedes de Oliveira

Deputados, representantes de organizações da área da saúde e trabalhadores apontam como urgente a necessidade de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que fixa percentuais a serem investidos anualmente pela União, estados e municípios, condição para que o serviço ganhe qualidade.

No âmbito estadual, Sindicato dos Médicos pediu planejamento de longo prazo para o setor a fim de que recursos disponíveis sejam bem aplicados.



Páginas 4

Tabela de procedimentos tem valores defasados e precisa de revisão

Parlamentares preocupados com atraso nas obras do Aeroporto Hercílio Luz

Página 10

OPINIÃO

Do código à Política Ambiental

Oriundo do executivo, tramita no legislativo catarinense o PL 238/2008, que institui o "Código Estadual do Meio Ambiente", reunião da legislação ambiental num único documento com o intuito de favorecer sua consulta e conseqüente cumprimento.

Essa proposição resulta de modificações efetuadas na minuta elaborada pela Fatma, com a participação de vários segmentos da sociedade, entregue ao governador do Estado em março último.

A tramitação desse projeto, prevista até dezembro, incluiu audiências públicas em dez macross regiões, que oportunizaram a divulgação da matéria junto à sociedade e o registro de suas contribuições, para que subsi-

diem o debate na Assembléia Legislativa.

Tenho notado que, para o governo e segmentos do setor produtivo, esse projeto de lei vem sendo divulgado como a solução efetiva dos problemas ou entraves existentes no estado, vinculados ao propalado rigor da legislação ambiental brasileira.

A Consultoria Jurídica da Casa, no entanto, já identificou alguns artigos que contrariam a legislação federal, o que certamente comprometeria a segurança jurídica desejada pelos setores produtivos.

Outro aspecto a lembrar constantemente é que, por si só, a lei não protege o meio ambiente. É preciso que o governo estadual coloque em ação os

instrumentos da política ambiental já institucionalizados: o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Plano de Gerenciamento Costeiro, o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Levantamento Florístico-Florestal, etc. Também se fazem imprescindíveis: a aprovação do tão protegido ICMS Ecológico, os agentes ambientais, a regularização fundiária dos parques estaduais, e a efetivação da Política Estadual de Educação Ambiental.

Como vemos, além de aprovar o Código Ambiental, há muito que se fazer pelo nosso Meio Ambiente e pela melhoria da qualidade de vida do catarinense, de hoje e de amanhã.

Deputado Décio Góes (PT)

O debate do Código Ambiental e seus reflexos

Mais do que um tema atual, discutido em todo o planeta e pensado para o futuro, a questão ambiental diz respeito ao nosso presente. Os reflexos das atitudes que praticamos hoje são sentidos agora, em um futuro que acreditamos, equivocadamente, estar distante. Por isso, este é o momento para discutirmos como Santa Catarina vai tratar esta questão daqui em diante.

O Projeto que institui um Código Ambiental para o nosso estado é a compilação de 26 leis que se referem ao meio ambiente. Uma sistematização que certamente facilitará a compreensão e o cumprimento destas regras

São 306 artigos que abrangem temas aparentemente diferentes, mas que estão diretamente relacionados à vida de todos, como Áreas de Preservação Permanente, as chamadas APPs, e questões como poluição sonora e visual.

Com o objetivo de construir a melhor proposta, o Parla-

mento levou o debate do tema a todas as regiões do estado, oportunizando à população sugerir, apontar falhas, colaborar com a avaliação desta que considero uma das matérias mais importantes já discutidas por esta Assembléia Legislativa. O resultado das dez audiências públicas realizadas foi muito positivo. A participação de mais de seis mil pessoas nos forneceu subsídios para o aperfeiçoamento do projeto.

A grande maioria dos participantes era de agricultores que se mostraram satisfeitos com a discussão de um projeto que pensou a preservação do meio ambiente, respeitando as condições de trabalho de quem tira o sustento da terra. O produtor rural enfrenta difíceis condições de trabalho e sua maior reivindicação é uma proposta que vise à preservação do meio ambiente, sem o agravamento de um problema social.

Manifestações favoráveis e contrárias a artigos específicos do texto foram apontadas du-

rante as reuniões. Temas como metragem mínima das Áreas de Preservação Permanente e conceitos de Campos de Altitude apareceram como pontos conflitantes à legislação federal, mas foi possível também perceber que há um consenso quanto à sistematização da legislação ambiental.

A partir de agora iniciaremos um trabalho parlamentar conjunto de análise de todas as sugestões colhidas ao longo destas três semanas de audiências públicas, com o objetivo de selecionar os pontos que mais colaboram para o aperfeiçoamento da matéria.

O mais importante é que o projeto do Código Ambiental de Santa Catarina já atingiu parte do seu objetivo. Mais do que provocar debate sobre constitucionalidade ele chama a atenção de todos para um tema que não pode mais esperar: o desenvolvimento sustentável.

Deputado Romildo Titon (PMDB)

Espaço Cultural sedia lançamentos

O Espaço Cultural Jerônimo Coelho abrigou na noite de 18, o lançamento dos livros "A descendência Pinto da Luz, um casal de açorianos – uma grande descendência brasileira", de autoria de Márcio Pinto da Luz, e "A casa de braços abertos, escola de ética, escola de vida", organizado pelos netos do Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz.

A obra Descendência Pinto da Luz é o resgate da história de uma genealogia vinculada à sociedade catarinense, onde o autor registra fatos e acontecimentos

emoldurados pelos contextos político, histórico e social dos quais participaram os membros da descendência. A história familiar se confunde e corre paralela à história e à política catarinenses.

Já a obra *A casa de braços abertos*, trata-se de um livro que representa a imagem e símbolo da figura do Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz, modelo de homem público. Nos relatos dos 15 autores, são lembrados fragmentos da vida privada nacional nas décadas de 20 a 50 do século passado.

[AGENDA]

• **Dia 24, 9h** – Exposições da Amoflor e de arte - Projeto de Valorização das Produções Artísticas dos Alunos do Colégio Dom Rafael

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 24, 14h** – Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública "Dia Nacional de Erradicação da Violência Contra as Mulheres"

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 24, 19h** – Sessão solene de concessão da Comenda do Legislativo Catarinense

Local: Plenário

• **Dia 26, 9h** – Comissão de Segurança Pública - Audiência pública "Projeto de Lei nº 162/08 que revoga a Lei nº 10.501/97, que dispõe sobre a segurança bancária"

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **Dia 26, 19h** - Sessão solene em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos catarinenses durante o regime militar, lembrando os 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos da ONU e os 20 anos da promulgação da Constituição Brasileira

Local: Plenário

• **Dia 26, 19h** – Lançamento do livro FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas e debate sobre regulamentação da profissão jornalística

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 28, 14h** – Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública "Violência contra as mulheres de Santa Catarina"

Local: Câmara de Vereadores - Blumenau

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

São João Batista comemora 50 anos de emancipação político-administrativa

Assembléia Legislativa homenageou a cidade com realização de sessão solene e entrega de placas

Graziela May Pereira

Por causa do calendário especial das eleições, o município de São João Batista teve que esperar quatro meses para comemorar seus 50 anos de emancipação político-administrativa, completados no dia 19 de julho. A homenagem foi feita pela Assembléia Legislativa, no dia 19, com a realização de sessão solene, solicitada pelo deputado Serafim Venzon (PSDB) e que reuniu autoridades e a sociedade local no Centro Cultural Professora Maria Roselene Duarte Clemes. Venzon lembrou datas importantes para o município. "Esta cerimônia poderia ser realizada no dia 19 de julho, no dia 24 de junho que é o dia do padroeiro da cidade, ou até mesmo hoje, Dia da Bandeira. São João Batista merece toda as homenagens, pois é um município que muito oferece ao estado."

O parlamentar também destacou que São João Batista viveu duas grandes fases nestes 50 anos de história. A primeira foi a Era do Açúcar, quando o município era um grande produtor e exportador do produto.

"Atualmente, a cidade vive outro momento. A Era Calçadista transformou São João Batista na Capital Nacional do Calçado Feminino", completou.

Para falar sobre a história do município, o advogado Nelson Zunino Neto, presidente do PPS municipal, afirmou que esta é a segunda grande homenagem feita à cidade pela Assembléia Legislativa. "A primeira foi quando os parlamentares catarinenses nos concederam o título de Capital Catarinense dos Calçados. Nesses últimos 50 anos evoluímos muito. Tivemos bravos guerreiros e vamos continuar com trabalho e o desenvolvimento sustentável", afirmou.

Em nome dos homenageados, o presidente da Câmara de Vereadores, Elias Germano Mafeçoli (PTB), falou de sua emoção. "Estou muito honrado. Obrigado por lembrar do nosso povo."

O Dia da Bandeira também foi destacado pelo prefeito Aderbal Manoel dos Santos (PP), um dos homenageados. "O Dia da Bandeira, a partir deste ano, vai se tornar uma data mais



Solicitado pelo deputado Serafim Venzon, evento teve a participação de lideranças políticas e empresariais da cidade

importante para nós, um dia de orgulho", finalizou. O prefeito ainda mencionou que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade registrou aumento de 60% no número de habitantes, sendo o município catarinense com maior crescimento popula-

cional de Santa Catarina.

São João Batista foi fundada em 1834, com a chegada do capitão João de Amorim Pereira. Em 1836, recebeu o primeiro grupo de imigrantes – 132 colonos vindos de Sardenha, Itália. Em julho de 1958, foi desmembrado de Tijucas, tendo sua emancipação

político-administrativa.

Em 2008, São João Batista também se destacou em nível nacional como uma das três selecionadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, juntamente com Fátima do Sul e Colorado D'Oeste, para a utilização da urna biométrica.

Ministro da Igualdade Racial é recebido no Parlamento e conhece o PAB



Recebido na presidência, Santos falou sobre a possibilidade de ações conjuntas entre o ministério e a Assembléia

O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, visitou dia 18 o Legislativo catarinense, onde se encontrou com o presidente Julio Garcia (DEM) e os deputados Ana Paula Lima e Décio Góes, do PT. Ele saiu da Assembléia Legislativa bem impressionado com o Programa Antonieta de Barros (PAB),

apresentado pela coordenadora de Estágios Especiais, Marilu Lima de Oliveira.

Em entrevista após o encontro na Presidência da Casa, Santos disse que o PAB poderá servir de exemplo para programas semelhantes em outros estados. Julio Garcia destacou que o programa,

instituído em 2004, "tem uma atuação muito criteriosa e está isento de qualquer ingerência política". O ministro, que esteve em Florianópolis para participar de eventos da Semana da Consciência Negra, colocou-se à disposição do PAB e da Assembléia Legislativa catarinense para ações conjuntas.



Governador em exercício elogiou o trabalho realizado no Legislativo

Pavan retribui visita a Garcia

O governador em exercício Leonel Pavan (PSDB) esteve no Palácio Barriga Verde no dia 17 para retribuir uma visita ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM). O parlamentar visitou o governador na semana passada, acompanhado de líderes dos Democratas.

Segundo Pavan, o atual presidente da Assembléia aumentou consideravelmente a credibilidade do Poder nesses quatro anos no comando da Casa. O governador visitou a Assembléia após participar da inauguração de duas quadras de esportes em escolas do município de Canoinhas, no Planalto Norte do estado.

COMISSÕES

Qualidade do SUS depende de regulamentação da EC 29

Emenda foi principal assunto de audiência pública, pois fixa percentuais mínimos a serem investidos anualmente na saúde

Eduardo Guedes de Oliveira



Entidades pediram reajuste anual da tabela de remuneração e a reposição das perdas dos últimos cinco anos

Entidades pedem planejamento de longo prazo

O presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina, João Pedro Carreirão Neto, argumentou que é fundamental para a saúde catarinense a elaboração de um planejamento de longo prazo. Ele afirmou que hoje o orçamento é três vezes maior que em 2003/2004 e mesmo assim não se observa uma evolução na área.

Representante da Secretaria de

Estado da Saúde, Lester Pereira foi enfático ao defender a regulamentação da emenda 29, que estabelece a obrigatoriedade de a União repassar 10% de suas receitas brutas para o setor, de forma escalonada, até 2011. Atualmente, o governo federal gasta R\$ 48 bilhões no setor, apenas 7% da receita. A regulamentação da emenda representará um aumento de R\$ 23 bilhões.

O deputado federal Acélio Casagrande (PMDB/SC) defendeu que a Assembleia encaminhe documento solicitando aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a aprovação da emenda. Ele ressaltou que Santa Catarina tem um repasse para saúde de 40% menor que Rio Grande do Sul e Paraná. "A diferença é de R\$ 17 milhões ao ano", criticou.

Rodrigo Viegas

Deputados, entidades sindicais, organizações da saúde e trabalhadores do setor se reuniram na tarde do dia 17, na Assembleia Legislativa, para a realização de audiência pública que avaliou a situação do Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Catarina. A iniciativa foi dos deputados Antônio Aguiar (PMDB), Serafim Venzon (PSDB), Dagomar Carneiro (PDT), Jailson Lima (PT) e da deputada Ana Paula Lima (PT), por meio da Comissão de Saúde da Casa. Entre os principais encaminhamentos estão a urgente necessidade de regulamentação da Emenda Constitucional 29, que fixa percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, estados e municípios, a estruturação dos hospitais públicos estaduais e a instituição da produtividade para os profissionais da saúde.

Presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Catarina (Fehoesc), Tércio Kasten, disse que a natureza jurídica dos prestadores de serviço de saúde é da ordem de 82% de instituições privadas ou filantrópicas e 18% públicas, sendo que 83% dos leitos hospitalares catarinenses são dedicados a atendimento do SUS.

"Em Santa Catarina, 126 municípios não possuem leitos de internação e 100 são atendidos por um único hospital de pequeno porte", salientou. "Mesmo com o reajuste parcial da tabela de procedimentos do SUS em 2007, os valores pagos pelos atendimentos estão muito defasados, o que inviabiliza o hospital."

Os números apresentados evidenciam a baixa remuneração, o número reduzido de Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), a falta de atendimento ambulatorial e a dificuldade em manter funcionários qualificados.

Para mudar esta situação, a Fehoesc propõe uma série de medidas: reajuste anual da tabela do SUS, reposição das perdas dos últimos cinco anos, manutenção da filantropia e gestão dos serviços de saúde públicos por organizações sociais.

Porém, as propostas não são unanimidade, principalmente quanto à gestão por meio de organizações sociais. O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) afirmou que os contratos de gestão são uma afronta e burlam a Constituição Federal, que impõe ao Estado o dever de oferecer saúde gratuita à população. "O SUS tem sido aviltado por governos e pelas empresas privadas de saúde."

Legislação para concessão de alvarás está sendo estudada

Alberto Neves

Até o dia 30 de novembro, entidades e pessoas interessadas na legislação para concessão de alvarás de funcionamento de eventos em locais de frequência pública devem enviar suas dúvidas e sugestões ao e-mail consultoria@alesc.sc.gov.br, ou dirigir-se diretamente à Consultoria Legislativa da Assembleia. O anúncio foi feito pelo deputado Kennedy Nunes (PP) durante a reunião do dia 19 do grupo de trabalho da Comissão da Segurança Pública que discute o assunto. Segundo o parlamentar, será buscada uma forma de normatizar os critérios para a concessão de alvarás, os conflitos entre o que é obrigação do município e o que cabe ao Estado, pondo fim à decisão monocrática do delegado, como ocorre hoje.

O debate em relação a esta legislação foi provocado por fatos ocorridos em Joinville. O promotor de eventos ligado ao movimento

tradicionalista gaúcho no estado, Ciro Harger, apontou como exemplo o fato de eventos produzidos em condições semelhantes terem decisões diferentes quanto à concessão de alvará. "O que queremos é igualdade de tratamento para todos." Outro ponto que pretende esclarecer é a quem cabe a competência de fiscalizar e o que determina o zoneamento do município. "Queremos que as entidades venham a fomentar renda, sem que o Estado dificulte com burocracia", resumiu.

O diretor-geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, explicou que alguns critérios ficam a cargo da autoridade que analisa o perfil do local e do evento. "Nosso objetivo sempre é a proteção do cidadão." Ele sugeriu que o debate sobre o tema trate da transferência de algumas obrigações ao município, facilitando a observação das peculiaridades de cada localidade.



Comissão de Segurança Pública aguarda resultado do trabalho do grupo de estudos para propor mudanças

Autores de atentados de Camboriú foram identificados

O delegado da DEIC, Renato Hendges, informou à Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT), que já há relatório conclusivo, com provas e identificação dos autores dos atentados com arma de fogo,

agressões físicas e perseguições aos vereadores do município de Camboriú – Claudinei Loss, Silvano Garcia, Lucien Aguiar, Marli Schimitt Garcia, e o presidente da Câmara, Imenésio de Souza. O próximo passo, anunciou, é a

prisão destas pessoas para que sejam identificados também os mandantes dos crimes.

Segundo o diretor-geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, o caso, ocorrido em 2005, apresenta indícios de conotação política.

COMISSÕES

Finanças aprova calendário para votação do Orçamento 2009

Emendas poderão ser apresentadas a partir do dia 24 de novembro. Matéria vai a Plenário no dia 11 de dezembro

Denise Arruda Bortolon

O relator do Projeto de Lei nº 284/08, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2009, deputado Renato Hinnig (PMDB), apresentou o parecer preliminar e o calendário para a votação do Orçamento durante reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Tributação, realizada no dia 19.

Conforme o calendário aprovado, os deputados poderão propor emendas ao Orçamento do dia 24 de novembro ao dia 5 de dezembro. No dia 10 de dezembro, Hinnig apresentará o parecer definitivo para votação na comissão e, nos dias 10 e 11, a discussão será feita em Plenário, seguida da votação. Já a redação final deverá ser apreciada no dia 17 de dezembro.

O deputado também é o relator do Projeto de Lei nº 285/08,

que aprova a revisão do Plano Plurianual (PPA) para o período 2009-2011. Segundo ele, a matéria vai ser discutida na próxima reunião, na manhã do dia 26 deste mês, quando será avaliada uma emenda substitutiva encaminhada pelo governo do Estado. "Uma emenda substitutiva global já foi enviada, mas é muito sucinta e descreve quais pontos serão modificados. Entretanto, a Secretaria de Estado do Planejamento se comprometeu a nos enviar até sexta-feira (21) o texto mais detalhado", explicou. Com a sua aprovação, os parlamentares poderão apresentar emendas ao PPA até o dia 2 de dezembro.

A comissão ainda aprovou o Projeto de Lei nº 286/08, que altera o PPA 2008-2011, autorizando a construção do Protocolo Expresso da Comarca de São José. Os recursos destinados a esta construção decorrem da supressão da conclusão do Fórum



Comissão também aprovou alteração ao PPA 2008-2011, destinando recursos para a Comarca de São José

de Balneário Camboriú.

Participaram da reunião os deputados Jorginho Mello

(PSDB), presidente da comissão, Décio Góes (PT), Gelson Merísio (DEM), Jandir Bellini (PP), Profes-

sora Odete de Jesus (PTB), Jean Kuhlmann (DEM), Marcos Vieira (PSDB) e Manoel Mota (PMDB).

Comissão de Transportes rejeita portaria do Detran

O deputado Reno Caramori (PP), presidente da Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa, propôs, durante entrevista coletiva, dia 18, a sustação da Portaria 39 do Detran, de 11 de novembro deste ano, que trata da obrigatoriedade de registro em cartório dos contratos de alienação fiduciária de veículos automotores. O contrato foi firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública, Detran e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Santa Catarina. A proposta do parlamentar foi apresentada aos representantes da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve/SC), com o apoio da bancada do PT, por intermédio do deputado Jailson Lima.

O artigo nº 1361 do Código Civil não obriga ao prévio registro de contrato de alienação fiduciária de veículos automotores junto aos cartórios, bastando a anotação no documento do veículo pelo Detran. No entanto, em 1997, um ato do Poder Executivo determinou que fosse efetivado o prévio registro, para posterior emissão do documento pelo órgão competente.

O valor pago pelo contribuinte chegava a 1% do total financiado. No mesmo ano um Decreto Legislativo sustou o convênio, mas



Caramori falou sobre as várias tentativas de obrigar o registro em cartório dos contratos de alienação fiduciária

em 2005 os cartórios voltaram a fazer a cobrança, com a edição de um novo convênio com o Executivo. Em 2007, a Fenabreve-SC entrou com ação declaratória de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça (TJ), que suspendeu os efeitos do convênio. Ainda em 2007, o Executivo rescindiu o convênio com os cartórios e a ação de inconstitucionalidade perdeu o efeito. Agora, uma nova portaria volta a fazer a cobrança.

"Não sabemos o teor desse

contrato, de quanto é o percentual. Queremos que o governo nos informe sobre essa portaria", afirmou Caramori. O secretário executivo da Associação dos Cartórios de Santa Catarina, Alexandre Isoppo, disse que "não é apenas um contrato, mas 103, um para cada cartório, e que a cobrança varia de 0,8% até 1%, com base na tabela de emolumentos do TJ.

O presidente da Fenabreve-SC, Sérgio Werner, disse que a cobrança é absurda e caracteriza

bitributação. O assessor jurídico da entidade, Richarde Farah, disse que no último convênio que vigorou, derrubado pelo TJ, foram arrecadados um total de R\$ 3 milhões por mês, sendo que 20% foram destinados ao Fundo para Melhoria da Segurança e 80% para os cartórios. Em dois anos e meio, tempo de duração do acordo, o valor arrecadado chegou a R\$ 80 milhões. "Essa nova portaria é uma afronta aos consumidores e ao TJ."

Garis

A Comissão de Transportes aprovou no dia 18 o Projeto de Lei nº 144/08, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), que obriga a implantação de sistema de segurança para os garis que transitam na parte posterior dos caminhos de lixo.

A partir da sanção do projeto, as empresas de coleta de lixo serão obrigadas a instalar sistema composto por cinto de segurança, preso ao corpo do trabalhador, e tirante com gancho tipo mosquetão na extremidade, para ser preso ao veículo.

Conforme o relator, deputado Manoel Mota (PMDB), o projeto pretende dar segurança a quem trabalha com a limpeza urbana. "A solução passa por um equipamento de baixo custo, de simples aplicação, e que vai diminuir em muito os riscos de acidentes para esses trabalhadores", disse.

INSTITUCIONAL

Uma das propostas de Blumenau é a regionalização da Fatma

Em Blumenau, o público interessado em debater o Código Ambiental do Estado foi expressivo. O encontro foi realizado no dia 13, no Teatro Michelangelo, do Centro Universitário Leonardo da Vinci, com a participação da deputada Ana Paula Lima (PT) e dos deputados Serafim Venzon (PSDB), Professor Sérgio Grandó (PPS), Jean Kuhlmann (DEM) e Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), além dos presidentes de comissões Romildo Titon (PMDB), de Constituição e Justiça, Moacir Sopelsa (PMDB), de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e Décio Góes (PT), de Meio Ambiente e Turismo.

O deputado Venzon sugeriu que o governo crie uma extensão da Fatma em cada SDR para garantir a eficácia do novo código e alertou para a necessidade de mudança de hábitos. Já o deputado Peninha

destacou que sua preocupação é com as pequenas propriedades rurais, que representam 40% do território catarinense, das quais 15% estão em áreas de preservação permanente.

Para o democrata Kuhlmann esta é uma oportunidade para “acabar com a bagunça da legislação”, colocando em uma única norma todos os direitos, deveres e garantias sobre o tema. A deputada Ana Paula chamou a atenção para o artigo 54 do projeto, que concede licença automática se em 60 dias a Fatma não se posicionar. Ela receia que este dispositivo abra espaço para a corrupção.

O novo código prevê, entre outras medidas, o estabelecimento de um espaço de participação regional das organizações representativas da sociedade através da criação da

Junta Administrativa Regional de Infrações Ambientais (Jaria), formada por representantes da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), da Polícia Militar Ambiental (PMA), das secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) e do setor produtivo do estado. Também trata da criação do Fundo de Compensação Ambiental, instrumento para apoiar o processo de desenvolvimento sustentado o estado.

A representante do Instituto de Pesquisas Ambientais da Furb, Noemia Bohn, disse que é preciso que o código ambiental seja discutido e aprovado no Congresso Nacional para que obedeça a hierarquia das leis. Em nome da OAB de Blumenau, Odair Andreoni contestou a constitucionalidade do projeto e acredita que por este motivo o código não surtiria efeitos imediatos.



Deputados ouviram sugestões do público e também apresentaram suas opiniões em relação à proposta do governo

Rio do Sul quer aprovação em 2008

Na parte da noite do dia 13 os deputados voltaram a se encontrar em Rio do Sul, onde produtores rurais e representantes de entidades da região do Alto Vale do Itajaí lotaram o Centro de Eventos Hermann Purnhagen para mais uma audiência pública sobre o Código Ambiental Estadual. Os agricultores pediram que o projeto seja aprovado ainda em 2008, mas defenderam ajustes à proposta, como o processo de remuneração aos pequenos proprietários que preservam a água, a implantação de uma política agrícola que dê garantias ao setor, seguro de renda ao agricultor e a possibilidade de manejo da bracinga.

O relator da matéria, deputado Romildo Titon (PMDB), lembrou que este é um dos projetos mais importantes do Legislativo no ano de 2008. “E a sociedade percebeu isso, pois todas as audiências ti-

veram um público expressivo e participativo.” Na condição de presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, o deputado Décio Góes (PT) anunciou que pretende aproveitar este instrumento, que trata pouco das questões urbanas, para regulamentar e implantar um sistema de compensação para os serviços ambientais prestados pelos pequenos proprietários.

Competência

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura, falou sobre a possível inconstitucionalidade de alguns artigos colocados no código, que possuem conflito de competência com a legislação federal. De acordo com o deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), 51 artigos da Constituição Federal ainda não foram

normatizados e um deles é o que delega competência à União, aos estados e municípios.

A Federação das Entidades Ecológicas (Feesc), representada por Urbano Schmit Júnior, apresentou como meta a busca de uma fórmula que traga o bem-estar para todos. Traduzindo a preocupação da maior parte do público, o agricultor Sidenez Furlan disse aos parlamentares que não adianta aumentar a produção se não houver garantia de renda para quem vive no campo e cuida do meio ambiente.

Já o promotor de Justiça de Rio do Sul, Ernani Dutra, responsável pela Ouvidoria do Meio Ambiente, foi enfático: “Este projeto não atende as constituições estadual e federal. O Ministério Público vai entrar com liminar e trancar tudo. Não nos adianta aprovar uma inconstitucionalidade”, explicou.

Encerrados os debates sobre Código Ambiental

Última audiência pública ocorreu em Florianópolis. Participantes pediram revisão de artigos



Objetivo do ciclo de 10 encontros foi esclarecer sobre a proposta e reunir sugestões dos diferentes segmentos da sociedade para o seu aprimoramento

A última audiência pública para debater o Projeto de Lei 238/08, de autoria do Executivo, que cria o Código Estadual do Meio Ambiente, foi realizada no dia 19, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa. O ciclo de 10 encontros, realizados em diferentes regiões do estado, foi promovido pelas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Turismo e Meio Ambiente, e Agricultura e Política Rural. Em Florianópolis participaram, além dos parlamentares, representantes do governo, Ministério Público Estadual, OAB, entidades ambientalistas e agricultores.

O projeto, considerado polêmico, tem 306 artigos e revoga pelo menos 25 leis hoje em vigor. Foi

elaborado por técnicos da Fatma, com a participação de servidores da Epagri e da Cidas, e teve posterior análise da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável. A proposta do governo é definir instâncias de atuação e responsabilidade legais na concessão de licenças ambientais, especificando o que é atribuição federal, através do Ibama, e o que é atribuição estadual, através da Fatma.

Em linhas gerais, os diferentes participantes do evento afirmaram que é preciso corrigir determinados artigos para o aperfeiçoamento do projeto, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

As críticas ao projeto foram contundentes. Para o biólogo e servidor

da Fatma, Daniel de Araújo Costa, o projeto sofreu profundas modificações em relação ao documento original. “Se for aprovado como está, vai desertificar todo o estado, a exemplo da região Oeste. Ele vai contra o princípio ambiental e da vida”, declarou.

Em contrapartida, o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Enori Barbieri, disse que os produtores catarinenses estão sendo massacrados pelo que chamou de “indústria de multas”. “A Fatma não teve a capacidade de elaborar um projeto que nos dê segurança para produzir”, apontou.

Em seu pronunciamento, o líder do governo, deputado Herneus

de Nadal (PMDB), declarou que os parlamentares vão trabalhar muito nesse projeto, colhendo subsídios técnicos para embasar todas as decisões sobre o tema. Para o deputado Gelson Merísio (DEM), vice-presidente da Comissão de Finanças, é preciso definir como as questões ambientais serão tratadas no estado. “Ou vamos construir uma legislação específica para Santa Catarina ou vamos adaptar as normas catarinenses à legislação federal.”

O deputado Joares Ponticelli (PP) defende que a matéria precisa ser votada ainda nesta sessão legislativa. “Não podemos mais continuar sem um marco regulador, definindo onde podemos investir e onde devemos preservar. É possível crescer preservando a vida.”

Principais demandas

- Regulamentação do Plano de Gerenciamento Costeiro;
- Normatização do Código Federal, distribuindo competência a estados e municípios para legislar de acordo com as peculiaridades ambientais;
- Diferenciação no tratamento dispensado aos agricultores familiares;
- Remuneração aos pequenos proprietários que preservam a água;
- Permissão para o manejo da bracinga, com autorização de corte;
- Revisão da lei da Mata Atlântica, que prevê a proibição de intervenção neste ecossistema quando em estágio médio de regeneração;
- Alteração na licença ambiental, principalmente no que diz respeito à competência dos órgãos federais e estadual;
- Cuidado para evitar medidas que resultem na interrupção da extração de argila e areia.

Por Rose Mary Paz Padilha, Denise Arruda Bortolon e Scheila Dziedzic

Chapecó surpreendeu pelo grande número de participantes



Maior parte do público de 1.200 pessoas era formada por produtores rurais. Eles declararam apoio ao projeto

A motivação das mais de 1.200 pessoas que participaram da audiência pública de Chapecó foi compor uma proposta que garanta o equilíbrio entre pequenos agricultores, indústrias e população urbana, bem como a convergência das legislações ambientais nas esferas federal, estadual e municipal. O município recebeu o oitavo encontro para debate da proposta do Código Ambiental Estadual, dia 17, no teatro do Centro de Eventos Plínio Arlindo De Nês. Produtores rurais, a maior parte do público, se declararam a favor da aprovação da proposta do Código Ambiental.

A consultora jurídica e especialista em assuntos ambientais Samantha Pineda, representante da Frente Parlamentar Agropecuária no Congresso Nacional, admitiu

que Santa Catarina abriga uma das situações mais complexas previstas no código ambiental federal. Trata-se da proibição de intervenção na Mata Atlântica quando em estágio médio de regeneração. “Em muitos lugares os agricultores poderão pegar suas malhas e ir embora, pois não terão mais como produzir”, alertou.

O deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC) considerou extremamente válida a metodologia que está sendo desenvolvida em Santa Catarina, com a realização de audiências públicas. Para ele, é a partir da movimentação de forças estaduais que ficarão claras as diferenças regionais, culminando com a adequação do código a cada realidade.

O presidente da Federação de Agricultura em Santa Catarina,

Enori Barbieri, apontou como principal reivindicação a retirada da reserva legal nas propriedades que já possuem áreas de preservação permanente ou, para quem não tenha nenhuma área, que possa adquirir para a constituição de reserva legal ou APP. Outro ponto que destacou é a necessidade de diminuição da metragem de recuo dos córregos e rios para atividade produtiva. Atualmente a lei prevê recuo de 30 metros, mas ele comenta que essa metragem pode inviabilizar a produção em muitas pequenas propriedades.

Participaram da audiência os deputados Herneus de Nadal, Romildo Titon e Moacir Sopelsa (PMDB), Dirceu Dresch, Padre Pedro Baldissera, Pedro Uczai e Décio Góes (PT), e Gelson Merísio (DEM).

Concórdia cobra regras para meio urbano

Durante a penúltima audiência pública, ocorrida no dia 17 à noite no auditório da Universidade do Contestado, Concórdia, os mais de 300 participantes constataram que os debates sobre o Código Ambiental Estadual tiveram pouca ou nenhuma representatividade de setores ligados ao meio urbano. O presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Décio Góes (PT), comentou que não adianta cobrar racionalidade entre o produzir e o preservar apenas dos agricultores, uma vez que grande parte da degradação ambiental ocorre nos centros urbanos. Para o petista, o grande desafio está em descobrir como se dará o desenvolvimento sustentável, referindo-se ao setor produtivo e aos que poluem os centros urbanos.

Seu colega de bancada, deputado Dirceu Dresch, defendeu a mudança da lógica da punição. “Temos que valorizar quem preserva.” Ele citou o exemplo de agricultores que preservam bacias hidrográficas, água usada para geração de energia elétrica. O parlamentar acredita que o desenvolvimento sustentável passa por uma política que busque agregar valor à atividade da preservação.

Sobrevivência

Para o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), se a Constituição prevê algumas situações que se põem em risco a sobrevivência de cerca de 30 mil famílias de agricultores, ao mesmo tempo a lei prevê o direito à vida. Ele se apóia

no fato de que Santa Catarina é um estado diferente dos demais, com 90% das propriedades com menos de 50 hectares, chegando a uma média de dois a cinco hectares. “Nossa posição é em defesa da produtividade.”

O vice-presidente da Fiesc para a região do Alto Uruguai, Álvaro Luiz de Mendonça, afirmou que o Código Ambiental é um começo para se discutir os diversos problemas da área. Ele lembrou que, hoje, as indústrias têm muito mais consciência ambiental, até mesmo por exigência do mercado, principalmente aquelas que trabalham com exportação. Mendonça sugeriu que o governo, a exemplo do que faz na área tributária com programas de recuperação fiscal, dê incentivos aos que deixam de poluir.

INSTITUCIONAL

Fotos: Miriam Zomer



Colaboração, transparência e adaptação são as regras básicas para o sucesso comunicacional dos dias de hoje, defende o apresentador. Para ele, agora é o indivíduo que busca o conteúdo, e não o contrário

Marcelo Tas fala sobre impacto da era digital na comunicação

Palestra do dia 19 encerrou o ciclo 2008 do programa “O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa”

Evelise Nunes

Preocupados com a atual “Estamos diante de algo que não conseguimos absorver.” Foi na tentativa de decifrar esse enigma que o jornalista Marcelo Tas fez a palestra que encerrou o ciclo deste ano do programa “O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa”, no dia 19 à noite, no Auditório Antonieta de Barros. Com humor irreverente e perspicaz, Tas abordou o tema “Inovação: a criatividade na era digital” citando três pontos que explicam a mudança da informação: quantidade, velocidade e interatividade.

“Para quem se interessa por comunicação, a gente vive uma época fantástica! Para se ter um veículo não precisa estar dentro de uma rádio, de um jornal, de uma TV. Pode-se criar sua própria central de informação. Todos nós somos produtores de um volume gigantesco de informação”, ressalta. “A necessidade de se consumir notícias está mudando o jornalismo. E o jornalismo está sendo afetado pela mudança do leitor. Vivemos no mundo do tempo real”, acrescenta. Para o jornalista, essa mudança ficou muito clara nas eleições norte-americanas. O resultado foi divulgado na madrugada e os jornais, no

dia seguinte, ainda anunciavam a possível vitória de Barack Obama.

Segundo Tas, cuja primeira imagem vista numa TV foi a chegada do homem à lua, é muito fácil identificar essa mudança na comunicação mundial. “O mundo da ‘TV que estava na sala’ é um mundo no qual o conteúdo vinha até o indivíduo. Hoje, em vez de o conteúdo vir até a gente, a gente é que vai até ele”, explica. E não tem como fechar as portas de entrada para a internet. “O governo chinês tentou, mas são milhões de nós ligados na rede. Você fecha de um lado, ela entra por outro.”

Mais um grande exemplo dessa mudança encontra-se dentro das salas de aula. “Antigamente o conhecimento era do professor. Hoje a garotada tem acesso às informações a qualquer momento e o professor passa a ser um provocador de conhecimento, um tradutor de insight. E é essa a sua verdadeira vocação.” Ele acrescenta que o consumo de informação do adolescente de ontem acontecia através do rádio, da TV, do telefone, dos toca-discos e fitas, do jornal. Hoje, além desses meios, ainda temos internet, games, celular, mp3 e a comunidade.

Para quem não consegue acom-

panhar a velocidade dessa mudança, Tas tem um conselho na ponta da língua: “Procure observar o que estão fazendo as crianças”.

Currículo

Tristão Athayde de Souza, conhecido como Marcelo Tas, é graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP. Tem curso de aperfeiçoamento profissional em Cinema e TV, e em Multimídia e Novas Tecnologias pelo Fullbright Scholarship Program da Tish School of Arts da Universidade de Nova Iorque.

Tornou-se conhecido do público através do personagem humorístico “Ernesto Varela”, um repórter que fazia perguntas sempre desconcertantes. Passou pela TV Gazeta, SBT e TV Record. Também deixou sua marca em outros programas de TV, como “Vitrine”, “Minuto Científico” e “Castelo Rá-Tim-Bum”, da TV Cultura, “Professor Planeta”, da ESPN Brasil, e ainda “Programa Legal”, “Vídeo Show” e “Telecurso 2000”, da TV Globo.

Atualmente é apresentador do programa “Custe o que Custar”, o CQC, da Band, ao lado de Rafinha Bastos e Marco Luque, e do “Blog do Tas”, transmitido pela TV UOL.



Tas ficou conhecido com o personagem Ernesto Varela, um repórter irreverente

Guia de sobrevivência virtual

Colaboração: “Todos nós somos produtores de um volume gigantesco de informação”

Transparência: “Num mundo conectado não dá para mentir sobre o que está acontecendo”

Adaptação: “Quem acha que sabe tudo está, no mínimo, mal informado.”

Visita ao Oriente reforça idéia de nova ligação Ilha-Continente

Deputado Renato Hinnig e presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, apostam na construção de um túnel sob o mar

Verlaine Silveira

Florianópolis poderá ter mais uma ligação Ilha-Continente, desta vez através de um túnel. A proposta, idealizada pelo presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, deverá ser apresentada pelo deputado Renato Hinnig (PMDB). Eles estiveram em viagem de trabalho à China e aos Emirados Árabes, e visitaram empreendimentos turísticos, da construção civil e de energia. Moreira assinou convênio de cooperação com a empresa de energia de Xangai, que em março enviará seus técnicos a Florianópolis para reuniões de trabalho.

Em coletiva à imprensa, dia 17, Hinnig falou sobre os resultados da viagem, possibilidades de projetos e investimentos. O deputado e o presidente da Celesc estiveram em Dubai, Abu Dabi, Xangai e Pequim e voltaram impressionados com o que viram. A cidade que mais chamou a atenção foi Dubai. Em 1960, era apenas uma localidade no deserto, cujos nativos viviam em cabanas feitas de folhas de palmeira. O país vivia exclusivamente do petróleo. Mas o xeque Ahmed al-Maktoum investiu os recursos do petróleo para mudar a vida de cada um de seus cidadãos.

Passados 48 anos, Dubai é um dos países mais ricos do mundo e

com boa distribuição de renda. A arrecadação do país é usada em investimentos no turismo e no pagamento de uma renda mensal a cada um dos nativos.

Atualmente, 93% da arrecadação de Dubai provém do turismo, comércio e serviços e apenas 7% do petróleo. Em 2007, o país recebeu 6 milhões de turistas e a meta é elevar este número para 15 milhões até 2010. Recentemente foram inaugurados o maior shopping center do mundo e o maior parque da Disney fora dos Estados Unidos, além de sete réplicas dos maiores museus do mundo. "O país não tem nem água natural. Toda a água que consomem vem do mar e precisa ser dessalinizada. Nós temos água em abundância, matas e uma ilha com 42 praias. Será que não podemos fazer o mesmo?", comparou.

O deputado contou que durante a missão recebeu um e-mail sobre uma manifestação do Sintespe com críticas ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) por estar se empenhando em trazer para Florianópolis o maior evento mundial do turismo, em vez de investir em saúde. "Não podemos mais pensar pequeno", diz. "Se investirmos em turismo vamos ter divisas para a infra-estrutura em saúde, educação e muito mais. É preciso rever conceitos."



Hinnig quer trazer para Santa Catarina soluções em turismo que conheceu na China e nos Emirados Árabes

Investidores chineses virão ao estado

Moreira e Hinnig foram ao Oriente acompanhados de representantes do Ministério do Turismo. Além de assinar o convênio em Xangai, para transferência de tecnologia, capacitação, consultoria e treinamento pela Celesc, também conheceram indústrias, construção civil e o transporte de massa, feito por trens de alta velocidade e em rodovias mantidas por pedágios.

Uma curiosidade em Xangai é que 48% do PIB provém da pou-

pança. "A população está acostumada a poupar porque na China só agora estão sendo implantados a previdência social e os direitos trabalhistas", relatou o deputado.

Nessa cidade também ocorreram duas reuniões da comitiva com empresas de investimentos que têm interesse nas áreas de infra-estrutura, energia e turismo. "Quero contribuir para que aqui se perceba que o futuro está em investir em turismo. Por que pre-

cisamos esperar até 2012 para ter um aeroporto maior se a nossa necessidade é agora? Em 2007, Florianópolis recebeu 1 milhão e 700 mil turistas. Queremos aumentar esse número e para isso temos que modernizar nosso aeroporto e as vias de acesso, construir um viaduto. Por que não dar as obras para a iniciativa privada? Para isso também fizemos contatos viabilizando a vinda de investidores chineses," conta Hinnig.

Indústrias que beneficiam mandioca pedem regras para licenciamento ambiental

Mais de 200 pessoas acompanharam a audiência pública realizada no dia 20 na localidade de Morro Azul, Jaguaruna, por iniciativa da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa. O encontro foi solicitado pela Associação das Indústrias Processadoras de Mandioca e Derivados de Santa Catarina (AIM-SC), que quer resolver os problemas em torno do licenciamento da atividade no estado. De acordo com o presidente da entidade, João Paulo Teixeira, no ano 2000, após vários questionamentos da sociedade e de órgãos ambientais, o Ministério Público Estadual (MPE) definiu regras para o tratamento dos efluentes gerados pelas unidades processadoras da raiz. No mesmo ano foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que, segundo Teixeira, vem

sendo rigorosamente cumprido. O problema, explicou, é que o TAC só regulou a produção do polvilho azedo, não abrangendo todas as demais atividades relacionadas.

Eles estão preocupados que, com a chegada da nova safra, em abril de 2009, não consigam dar aproveitamento à mandioca, já que a maioria dos engenhos e fecularias estão sem a licença ambiental plena para operar. "O TAC é fundamental para que possamos trabalhar na legalidade", disse o presidente da AIM-SC.

Ele destacou a parceria com a Epagri que, através de pesquisas, vem contribuindo para o aumento da produtividade e para maior agregação de valor ao produto. O coordenador da Pesquisa da Mandioca em Santa Catarina, da Epagri, Enilto de Oliveira Neubert,

manifestou sua preocupação com o problema e disse que os estudos desenvolvidos visam a manutenção da atividade.

Neubert informou que a cultura da mandioca ocupa 32 mil hectares em 60 municípios, de onde são colhidas 600 mil toneladas anuais da raiz. O setor gera 8 mil empregos diretos e conta 400 unidades de processamento. "Fizemos um trabalho em conjunto com a Fatma e com o próprio Ministério Público e ficou clara a importância deste segmento", contou.

O impasse é a destinação da manipueira, líquido resultante do beneficiamento da mandioca. "A Fatma avalia que o despejo dessa água no solo pode ser prejudicial ao ambiente. Mas este é um líquido natural, sem qualquer resíduo químico. De qualquer forma, é

importante avaliar se isso pode gerar problemas futuros pelo efeito cumulativo."

O deputado Dirceu Dresch (PT) disse ter ficado frustrado com a ausência do MPE, que sequer enviou um representante, e adiantou que vai pedir uma reunião do órgão

com a Comissão de Agricultura, quando deverão ser transmitidas as preocupações dos produtores. "É o Ministério Público que vai elaborar o novo TAC e precisa ter embasamento para isso." O deputado Décio Góes (PT) também participou da audiência.



Atividade ocupa a mão-de-obra direta de 8 mil pessoas em 60 municípios

PLENÁRIO

Parlamento mobilizado por obras de internacionalização do Hercílio Luz

Rodrigo Viegas

A "insustentável" situação do Aeroporto Hercílio Luz foi tema do pronunciamento do deputado Marcos Vieira. O líder do PSDB na Assembléia abordou o imbróglio que envolve as obras de construção do novo terminal de passageiros. "O aeroporto de Florianópolis se firmou, nas últimas temporadas de verão, como um dos principais destinos brasileiros de turistas domésticos e internacionais. Com capacidade para 980 mil usuários por ano, recebeu, em 2007, mais de 2 milhões de passageiros. Mesmo assim a reforma prevista teve um revés com a notícia de que o prazo estipulado para conclusão passou de julho de 2010 para 2012", reclamou o parlamentar.

Na mesma direção, o deputado Professor Sérgio Grando (PPS)



Fotos: Jonas Lemos Campos

Andrino sugere aos demais parlamentares a criação de uma comissão para pressionar o governo federal

destacou que o Aeroporto Hercílio Luz possui localização estratégica e criticou a Infraero pela inoperância: "A Infraero tem recursos para investir na reforma, já que cobra o pagamento de taxas de todos

os usuários. Não há como culpar a ausência de receita", provocou o ex-prefeito da Capital.

Com a experiência de quem também administrou Florianópolis, o deputado Edison Andrino

(PMDB) sugeriu a criação de uma comissão "não para discutir o problema, mas para pressionar o governo federal a viabilizar a obra". Para Andrino, "o governo federal não tem vontade política para este

projeto e, muitas vezes, só a pressão é capaz de obter resultados satisfatórios".

Contrariado com a responsabilização do governo federal pelo atraso, o deputado Pedro Uczai (PT) questionou o porquê do acesso ao aeroporto estar há muito abandonado. "Todo dia temos um caótico problema de trânsito nos acessos ao aeroporto e a administração estadual não se moveu para desobstruir as enormes filas que se formam na Via Expressa Sul e, agora, creditam à União o atraso das obras", respondeu.

Uczai também afirmou que "nunca este estado recebeu tantos recursos, principalmente em termos de infra-estrutura". Citou os portos e ferrovias como exemplo da boa vontade do governo federal com Santa Catarina.

Praças da PM e do Bombeiro exigem integralização da Lei 254/03

Dando seqüência à luta pela integralização da Lei 254/03 o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) voltou a criticar, em frente às galerias lotadas do Plenário, dia 19, a postura da administração estadual durante a reunião marcada para dialogar sobre o tema. Segundo o parlamentar, nesta terceira reunião desde que foi deflagrada a mobilização dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, não foi apresentada nenhuma proposta concreta de pagamento da referida lei.

"O secretário de Estado de Coordenação e Articulação, Ivo Carminatti, foi para a mesa de negociação sem nenhuma proposta. Tentaram apenas nos convencer do quanto a categoria foi favorecida nos últimos anos. Reconhecemos avanços, mas a realidade é que são três anos de salário congelado e uma espera eterna pela integralização da 254." Soares informou que Carminatti comprometeu-se a apresentar en-



Soares: "Secretário Carminatti foi negociar sem nenhuma proposta"

saios do impacto do cumprimento da lei para a próxima quarta-feira, 26 de novembro. Ficou acertada também a realização de um encontro preparatório entre técnicos do governo e servidores, na terça-feira, 25. A postura de Soares recebeu apoio dos deputados Dirceu Dresch (PT) e Joares Ponticelli (PP).

Falando em nome da base do governo, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) afirmou que a 254 foi cumprida parcialmente, "na medida do possível". Mattos ainda enumerou os avanços identificados no setor de segurança pública, como o ingresso de novos policiais e a criação de novas vagas em presídios.

Dia Nacional da Consciência Negra

Vários parlamentares aproveitaram a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, para homenagear as conquistas alcançadas nos últimos anos. Entre os presentes que se manifestaram neste sentido estiveram os deputados Jailson

Lima (PT), Professor Grando (PPS) e Pedro Uczai (PT). Este último enfatizou a produção cultural, os valores e as lutas dos negros, bem como defendeu o feriado nacional para esta importante data: "São Paulo, a maior cidade do país, e outros 302 municípios

do Brasil já decretaram 20 de novembro feriado. Uma proposta que tramita no Congresso Nacional pode oficializar este dia como um feriado nacional para que o Dia da Consciência Negra receba as homenagens merecidas", concluiu.

Aprovados

Dia Estadual da Limpeza das Praias

Entre os projetos aprovados dia 19, destaque para o PL nº 264/2008, que define 18 de setembro como Dia Estadual da Limpeza das Praias, coincidindo com o Dia Mundial de Limpeza das Praias. O deputado Jean Kuhlmann (DEM), autor da proposta, afirmou que a data é hoje um dos mais conhecidos e participativos eventos ambientalistas.

"Cerca de 120 países unem-se na tarefa de limpar parte da sujeira produzida ao descartar-

mos, de forma inadequada, os resíduos sólidos no ambiente litorâneo. Vale ressaltar que a data irá proporcionar a união de voluntários de todas as idades e dos mais diversos setores da sociedade, promovendo a participação comunitária e a valorização das ações preventivas, tão importantes para o envolvimento dos cidadãos e sua conscientização quanto à necessidade de um ambiente mais limpo e saudável", justificou o democrata.

Organização Judiciária

De autoria do Tribunal de Justiça (TJ/SC) foi aprovado, por unanimidade, o PLC nº 34/2008. O projeto define que juizes de direito de Entrada Especial poderão ser designados pelo presidente do TJ para a função de juizes-corregedores, com exercício

na Corregedoria-Geral da Justiça, e a de juizes-asseesores, com exercício na Presidência, na Primeira vice-Presidência e em órgãos especificados por Resolução do Tribunal Pleno, neste caso vinculados à Presidência do tribunal.

Diário Oficial Eletrônico

Também aprovado por unanimidade, o PLC nº 30/2008, encaminhado pelo Ministério Público, define que o Diário Eletrônico do MP – hospedado no site da insti-

tução - será o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos seus atos processuais e administrativos, substituindo a versão impressa do mesmo.

PLENÁRIO

Deputados questionam reajuste em pensão de viúvas de ex-governadores

A proposta do Executivo, nº 40/2008, apresentada na Assembléia e que busca equiparar as pensões das viúvas de ex-governadores ao salário do governador do Estado foi alvo de críticas no Parlamento catarinense. Atualmente elas recebem R\$ 2.250,00 e, com a proposta, vão receber cerca de R\$ 10 mil. O projeto foi enviado em regime de urgência e deve ser analisado em 45 dias.

Crítico contumaz das aposentadorias vitalícias para os ex-governadores e autor de ações que objetivam acabar com o subsídio mensal de R\$ 22 mil para os mesmos, o deputado Padre Pedro Baldissera (PT) mostrou-se perplexo com a proposta. "Projetos como este são uma afronta aos trabalhadores que recebem um salário mínimo e um desrespeito com diversas categorias. A

Constituição Federal preconiza que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência", argumentou.

Segundo o parlamentar o executivo está pretendendo um reajuste superior a 400% para estas pensões, sem ter qualquer base legal. O projeto é inconstitucional, falou. "Precisamos questionar o governo sobre as razões de um reajuste desses para apenas uma minoria, enquanto milhares de pensionistas lutam por um pouco mais de justiça nos vencimentos", afirmou.

Visão parecida foi explicitada pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que identificou



Padre Pedro: projeto inconstitucional

tratamento diferenciado em relação às viúvas dos trabalhadores. "Gostaria que as viúvas dos mineiros, bombeiros ou policiais militares pudessem contar com auxílio semelhante".

Campanha contra violência doméstica ganha apoio do Parlamento

Atenta aos casos de violência doméstica praticadas contra as mulheres e atuante na luta contra essa prática, a deputada Ada De Luca (PMDB) agradeceu em Plenário, no dia 18, ao Parlamento, em especial ao deputado Julio Garcia (DEM), pelo apoio à campanha "Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres".

De acordo com a parlamentar, a iniciativa da campanha partiu da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e vem ganhando força em todo o país. "A campanha está sendo divulgada pelo site www.homenspelofimdeviolencia.com.br, na tentativa de pôr fim à violência que atinge milhares de



Ada: campanha nacional

mulheres diariamente no país. Além do site oficial, a campanha conta com um link de divulgação

sobre o assunto no site da Assembléia Legislativa (www.alesc.sc.gov.br).

Ada ressaltou que o site possui um abaixo-assinado virtual dirigido aos homens que desejam pôr um fim à agressão doméstica. "Essa corrente visa um diálogo específico com o público masculino, e as assinaturas serão colhidas até o dia 6 de dezembro, Dia de Luta dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Com essas assinaturas estaremos nos comprometendo publicamente a contribuir com a implementação integral da Lei 11.340, pela efetivação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres", destacou.

Peninha presta homenagem ao engenheiro agrônomo Murilo Pundek

Em homenagem ao engenheiro agrônomo Murilo Pundek, que faleceu no último dia 13 de novembro, aos 81 anos, o deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) falou sobre sua dedicação à profissão e afirmou que Murilo era o maior conhecedor dos solos de Santa Catarina. "Nascido em Curitiba, Pundek realizou seus estudos no Paraná e, ao terminar sua graduação, em 1952, transferiu-se para Santa Catarina, onde ingressou na Associação de Crédito e Assistência Rural (Acaresc/Epagri)", informou.

Peninha ressaltou que o agrô-

nomo pertenceu à primeira turma de extensionistas rurais no estado, sendo o primeiro a atuar no município de Indaial, além de exercer cargos como supervisor regional e estadual, bem como de coordenador estadual. "Sempre dedicado aos estudos do solo, Pundek se tornou o maior cientista da área não apenas no estado, mas no Brasil."

De acordo com o parlamentar, os catarinenses ganharam muito com o trabalho de Pundek, com reflexos diretos na produção. "O estado produzia 1,5 toneladas de milho por hectare e passou a

produzir 5,3 toneladas. No arroz, a produção era de 2,5 toneladas e passou para 10,8 toneladas, em média. "Diante de tantas conquistas, Pundek receberia essa semana em Brasília a Medalha do Mérito, concedida aos profissionais que de alguma forma contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e progresso da sociedade, desde o desenvolvimento tecnológico e aprimoramento técnico das profissões que compõem o sistema do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea)", comentou.

[GABINETES]

PEC DO BEBÊ

O deputado Jailson Lima da Silva (PT) fez novo apelo aos deputados da base governista para que aprovem sua Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia para seis meses a licença-maternidade para as servidoras públicas estaduais, a PEC do Bebê. O projeto tramita desde o ano passado. O apelo foi endossado pela notícia da aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, no dia 19, de PEC que poderá assegurar o benefício a todas as mães na Constituição Federal.

A ampliação da abrangência do benefício, tornando sua concessão obrigatória tanto pelo setor público quanto pelo privado, foi proposta (PEC 64/07) pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e recebeu parecer favorável da Comissão a partir de voto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). (Mirela Maria Vieira, assessora do deputado Jailson Lima da Silva)

ALVARÁS PARA EVENTOS

Reuniu-se pela primeira vez no dia 19, o grupo de trabalho que discutirá a criação de uma lei para a concessão de alvarás para eventos em Santa Catarina. O encontro aconteceu na Assembléia Legislativa, em Florianópolis, conforme solicitação do deputado Kennedy Nunes (PP). Caso a lei seja acolhida pelo governo do Estado, terá cunho inédito no país.

A reunião foi coordenada pela Comissão de Segurança Pública da Assembléia, e contou com a presença de organizadores de eventos, instituições envolvidas e o próprio Poder Legislativo. A lei visa o preencher o vácuo deixado pelo Decreto 894 de 23/11/1972, que conforme comentou o consultor jurídico da Assembléia, Aldo Luiz Garcia, não foi absorvido pela nova constituição, perdendo a validade. "Um decreto precisa se basear em uma lei. Devemos, portanto, restituir o princípio da legalidade". (Jura Arruda, assessor do deputado Kennedy Nunes)

DEBATE EM BLUMENAU

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) está convidando os parlamentares a participarem de reunião do Fórum Parlamentar Permanente de Prevenção contra Enchentes. O encontro deverá acontecer em Blumenau, dia 27 de novembro, às 9 horas, na Câmara de Vereadores. O Fórum, presidido pelo próprio Kuhlmann, irá debater a criação do Consórcio Hidrográfico da Bacia do Rio Itajaí. Convidados para o evento os prefeitos atuais e eleitos dos municípios da Bacia do Rio Itajaí, além de representantes dos mais diversos setores.

O parlamentar afirma que se não fosse a eficácia das comportas, as chuvas constantes das últimas semanas já teriam provocado uma cheia de cerca de oito metros no Vale do Itajaí. Nas últimas semanas, 32 cidades de Santa Catarina ficaram em estado de emergência. O Departamento Estadual de Defesa Civil registrou ocorrências em 12 municípios que continuam ameaçados por possíveis cheias. (Rossana Espezin, assessora do deputado Jean Kuhlmann)

PISO DOS PROFESSORES

A deputada Ana Paula Lima (PT) esteve no dia 19 em Brasília, para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional dos Professores. Segunda vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Ana Paula representou o Poder Legislativo Catarinense no evento que aconteceu na Câmara dos Deputados.

A articulação da Frente Parlamentar é uma reação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ingressada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelos governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará, questionando a constitucionalidade da Lei nº 11.738/08, que institui o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica. (Linete Martins, assessora da deputada Ana Paula Lima)

Santa Catarina não sofrerá com reflexos da crise financeira mundial

Audiência pública debateu situação econômica dos países ricos e concluiu que país está preparado para superar turbulência

Jonas Lemos Campos



Indústria catarinense adotou uma série de medidas preventivas

A Comissão de Finanças e Tributação realizou audiência pública para discutir a crise financeira mundial e seus reflexos para Santa Catarina. Solicitada pela bancada do PT, a reunião aconteceu na noite do dia 19, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright. A boa notícia, dada pelo presidente da Fiesc, Alcântaro Corrêa, é que apesar da intensidade do abalo - os países ricos levarão pelo menos três anos para iniciar a recuperação -, o Brasil não será tão atingido e deverá voltar a crescer já a partir de 2010.

Em Santa Catarina isso se constata no pouco impacto da crise em relação ao número de empregos. "Nossa indústria já vem fazendo a lição de casa há 12 anos", alegou, referindo-se a medidas preventivas como aumento de foco no mercado interno, revisão dos investimentos, redução de custos, ampliação da carteira de clientes, ações de

marketing, inovação tecnológica, avaliação de mercados, compra de matérias-primas nacionais e negociação com fornecedores.

A principal dificuldade, de acordo com Alcântaro, é a falta de dinheiro, problema que será percebido já no pagamento do 13º salário. Outros reflexos são a retração do mercado externo, o que implica em menor demanda, aumento no preço da matéria-prima atrelada ao dólar, menor rentabilidade, falta de crédito e elevação dos juros para financiamentos, atrasos nos pagamentos de exportadores, perdas em ações e dificuldade em apresentar orçamentos para os clientes devido às incertezas.

Já o economista e professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Alcides Goularti Filho, fez críticas ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que adotou medidas de

redução nos gastos quando atravessou as crises do México, Ásia, Rússia e Argentina. Ele defende que em momentos assim tem que se manter o gasto público, pois se trata de uma crise de liquidez, ou seja, falta dinheiro no mercado. Neste ponto, fez elogios ao governo federal, que pretende manter investimentos em infra-estrutura e na área social, fazendo com que o dinheiro volte ao mercado.

Para o deputado Dirceu Dresch (PT), o debate forneceu elementos sobre o futuro da crise e seus reflexos. Ele entende que o Brasil está preparado para passar pela turbulência porque hoje possui um mercado interno forte. Dresch defende que Santa Catarina adote uma postura mais arrojada para que a indústria catarinense, que cresce em média 1,7% ao ano, chegue ao patamar nacional, em torno dos 6%.

QUEM SUPERA TANTAS DIFICULDADES MERECE ESTE DIREITO DE ACESSO

Em 2008, a Assembléia aprovou mais de 260 leis, que vão beneficiar muitas pessoas. Agora, pelo menos 10% dos imóveis dos Programas Habitacionais do Governo do Estado serão destinados às pessoas com deficiências.

Cota nos imóveis populares para portadores de necessidades especiais. Lei n.º 14.433/08.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

www.alesc.sc.gov.br